



RESOLUÇÃO Nº. 003/2024

EMENTA: Dispõe sobre a fixação dos Subsídios dos Vereadores do Município de Parnamirim, Estado de Pernambuco, para o Quadriênio: 2025/2028, com 13º (décimo terceiro) subsídio; a verba de representação do Presidente da Mesa Diretora, e dá outras correlatas.

A Câmara Municipal de Vereadores do Município de Parnamirim, Estado de Pernambuco, votou e aprovou e o Presidente, usando das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno, **PROMULGA** a presente Resolução:

Art. 1º - Fixa-se, para o mandato de 2025 a 2028, o subsídio dos Vereadores da Câmara Municipal de Parnamirim, Estado de Pernambuco, nos seguintes valores:

- R\$ 9.000,00, a partir 1º de janeiro de 2025;
- R\$ 10.400,00, a partir de 1º de fevereiro de 2025;

§ 1º – O total da despesa com os subsídios dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de 5% (cinco por cento) da receita do Município.

§ 2º - O subsídio fixado para cada Vereador e de que trata o artigo 3º, desta Lei, não ultrapassará o montante de 30% (trinta por cento), do subsídio de cada Deputado Estadual.

§ 3º - A despesa com a Folha de Pagamento da Câmara Municipal de Parnamirim-PE, incluindo o subsídio dos Vereadores, não poderá ultrapassar o montante de 70% (setenta por cento), de sua receita.

Art. 2º. - Institui-se 13º (décimo terceiro) subsídio aos Vereadores da Câmara Municipal de Parnamirim, Estado de Pernambuco, conforme previsão na Lei Orgânica Municipal.

§ 1º - Por ser verba de natureza remuneratória com periodicidade anual, o 13º (décimo terceiro) subsídio não deve ser acrescido ao valor do subsídio mensal dos vereadores para efeito de submissão ao limite máximo estabelecido no art. 29, VI da Constituição Federal.



CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM-PE

Casa Antônio Lustosa de Oliveira Cabral

§ 2º - O pagamento do 13º (décimo terceiro) subsídio deverá respeitar os limites remuneratórios insculpidos nos arts. 29, VII e 29-A, § 1º da Constituição Federal.

§ 3º - O 13º (décimo terceiro) subsídio será considerado como despesa com pessoal para fins do cálculo do limite estabelecido nos arts. 19, III e 20, III, alínea “a” da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 3º - Fica atribuída ao Vereador Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Parnamirim – PE, Verba de Representação, no valor correspondente a 100% (cem por cento) do subsídio mensal pago ao Vereador.

Parágrafo Único: A Verba de Representação de que trata este artigo dar-se-á por conta das atribuições inerentes ao exercício da Presidência da Mesa Diretora da Câmara, sendo está de natureza indenizatória.

Art. 4º - Os Subsídios dos Vereadores serão revistos anualmente no mês de março, na mesma data e sem distinção de índices da revisão geral anual do Legislativo Municipal, em conformidade com o inciso X, do artigo 37, da Constituição Federal, por norma legal específica, de iniciativa da Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Parágrafo Único: O índice a ser adotado para a revisão anual dos subsídios previstos nesta Lei será o INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IBGE) ou outro índice que venha a substituí-lo, observado, de qualquer forma, a limitação prevista no inciso XI, do artigo 37, da Constituição Federal.

Art. 5º - A ausência injustificada do Vereador às reuniões de qualquer Sessão Legislativa implica no desconto de 1/30 (um trinta avos), por reunião, a ser efetuado em Folha de Pagamento.

Parágrafo Único: O desconto de que trata o caput do artigo 4º, não será devido por motivo de saúde, comprovado por atestado médico ou por justificativa devidamente aceita pela Mesa Diretora.

Art. 6º - Fica a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Parnamirim-PE, autorizada a expedir Atos para adequação da remuneração dos Vereadores e das despesas com esses limites impostos pela Constituição Federal, sempre que houver necessidade do ajustamento.

Art. 7º - Os Recursos necessários à cobertura das despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta das Dotações consignadas no Orçamento do corrente Exercício, podendo ser suplementadas se necessário, de acordo com a Lei Federal nº. 4.320/64.



CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM-PE
Casa Antônio Lustosa de Oliveira Cabral

Art. 8º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos vigorarão a partir de 01 de janeiro de 2025.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Parnamirim-PE, em 21 de junho de 2024.

Vereador Aurélio França Vieira
Presidente da Câmara Municipal de Parnamirim – PE.